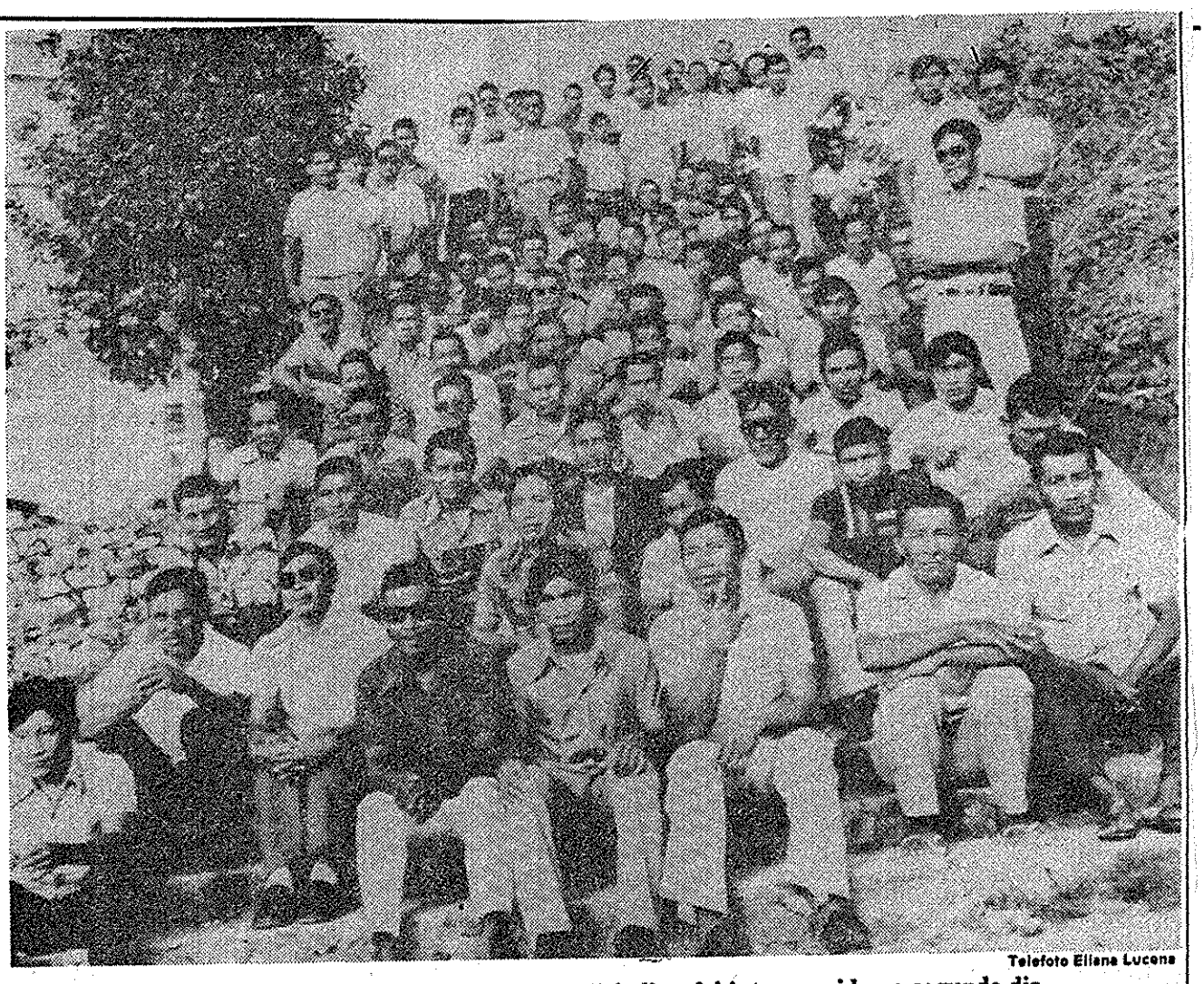
Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O ESP Class.: 12

Data 15/05 177 Pg.:



Telefoto Eliana Lucena

A reunião dos 140 chefes, que representavam 10 mil índios, foi interrompida no segundo dia

Funai dissolve encontro de 140 caciques em Roraima

Da Enviada Especial e da Sucursal

Uma reunião de 140 líderes indígenas, sob a orientação da prelazia de Roraima, na missão de Surumu, perto da fronteira com a Venezuela, a 200 quilômetros de Boa Vista, foi interrompida, no último sábado — segundo dia do encontro — pelo delegado da Funai na Capital do Território, José Carlos Alves, que compareceu ao local acompanhado de um agente da Polícia Federal.

Contrariando a ordem que recebera de Brasília — pois a Presidência da Funai informa que a missão de Alves era impedir a participação dos índios, enquanto os padres, "se quisessem, poderiam continuar" —, o delegado exigiu, como condição para que a assembléia prosseguisse, a retirada do presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), d. Thomás Balduíno.

Como d. Thomás respondeu que só sairia dali "preso", argumentando que a expulsão de um bispo, hospedado numa casa da Igreja, fere a própria Constituição, Alves convocou os "tuxauas" — como os caciques da região se autodenominam — e disse-lhes que a reunião não poderia continuar. Alegou que também tinha um "tuxaua" em Brasília, e que este não gostara do fato de a Funai não ter sido convidada. O chefe Cirino, da tribo Macuxi, respondeu que, em Roraima, é impossível dialogar com a Funai, "que está do lado dos fazendeiros".

Alves então admitiu perante os caciques — que representavam 10 mil índios das nações Macuxi, Wapixana e Taurepang — as deficiências de sua delegacia, e garantiu que ia pensar, inclusive, na proposta de um dos índios de realizar outro encontro de caciques. Diante do clima de tensão criado, o bispo de Roraima, d. Aldo Mongiano, também superior dos missionários de Surumu, preferiu cancelar a reunião.

Cimi denuncia "prepotência"

Sobre a dissolução da assembléia dos índios de Roraima, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou ontem a seguinte nota, assinada por seu presidente, d. Thomás Balduíno:

"Sábado último, dia 8, às 14 horas, declarando estar cumprindo ordem telefônica do general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Fundação Nacional do Índio, o sr. José Carlos Alves, chefe da 10ª Delegacia Regional da Funai, acompanhado pelo sertanista Sebastião Amancio e por um agente da Polícia Federal, suspendeu uma importante Assembéia de chefes indígenas das tribos Makuxi Wapixana e Taurepang, que se realizava nas dependências da missão dos padres da Consolata, no rio Surumu, no território de Roraima, sob a orientação do bispo prelado, D. Aldo Mongiano, auxiliado pela equipe missionária — sacerdotes, religiosas e leigos — e assessorado pelo Cimi.

Os motivos alegados para a intervenção foram, de um lado, a presença, naquele local, do presidente e do secretário do Cimi, dom Thomás Balduíno e padre Egydio Schwade e, de outro, o fato de não se ter pedido licença à Funai para a realização da Assembléia.

É fácil imaginar a série de transtornos sobrevindos àquela missão religiosa, bem como aos 140 índios participantes da assembléia. Todos os trabalhos de coordenação do encontro, das diversas tarefas de transporte, acolhida, alojamento, alimentação, estudo, lazer, cuidadosamente conduzidos, até com a colaboração de voluntários vindos de Boa Vista, foram bruscamente interrompidos por essa medida policialesca. Os índios se viram violentamente frustrados na sua visível esperança e em seu transparente entusiasmo de levar a cabo esse encontro de tuxauas — acontecimento que, embora raro, é tradicional em sua cultura. Eram 50 tuxauas e 90 acompanhantes (segundos-tuxauas, secretários, etc), representando cerca de 15 mil índios das três tribos. Eles já haviam feito, no dia 7 inteiro e na manhã do dia 8, o levantamento dos problemas de cada aldeia ali representada. Iam passar, na tarde daquele dia 8, em sessão privativa — só com a presença dos índios — às propostas de solução.

A intervenção ameaçadora da Funai configurou uma descabida e insólita ingerência no livre exercício pastoral de uma antiga e conceituada missão religiosa que vem realizando com dedicação e lealdade um lúcido esforço de presença eficaz da Igreja junto aos índios do território de Roraima. Configurou, mais ainda, uma brutal violação do direito dos índios de se reunirem para colocar em comum o conhecimento que possuem de sua realidade e procurar assumir junto aos meios pobres mas corajosos que eles mesmos vão descobrindo para solucionar seus problemas, ou pelo menos, atenuar seus sofrimentos.

Os depoimentos destes tuxauas, que o Cimi apresentará, oportunamente, à opinião pública, revelam, em linguagem profética, a dramática situação de um povo oprimido que resiste para sobreviver.

A gravidade dos fatos apresentados por aqueles tuxauas explica suficientemente o açodamento da Funai na tentativa de taparlhes a boca e barrar-lhes a união. Com efeito, devido à criminosa inoperância e, quase sempre, conivência da 10ª Delegacia da Funai, as tribos do norte de Roraima — possivelmente a maior concentração indígena do país — que, de tempos imemoriais, ocuparam aquela região da fronteira com a Venezuela e Guiana, encontram-se hoje praticamente sem terra, com suas áreas invadidas pelas fazendas de gado. Conforme depoimentos dos tuxauas, a Funai tomou claramente o partido dos fazendeiros, contra os índios, a ponto de, várias vezes, oferecer e dar arame aos donos das fazendas para estes cercarem e se apropriarem das terras indígenas.

Pois bem, esta mesma Funai que se coloca nesta posição política e economicamente cômoda e omissa, revela mais um aspecto de seu rosto, o aspecto policial, impondo-se pelo medo aos tuxauas destas tribos oprimidas, deixando-os ainda mais desconfiados do órgão oficial.

Estes índios, que sempre souberam reconhecer a dedicação e generosidade de seus missionários, ficaram revoltados com a prepotente decisão alternativa da Funai, a saber, ou a retirada imediata do bispo, presidente do Cimi, daquela casa missionária, ou a dissolução da assembléia. Tendo o bispo recusado, por inconstitucional, a proposta de retirar-se, consumou-se a dissolução de uma das mais belas e promissoras assembléias de chefes indígenas de que se tem notícia no território nacional.

Por tudo isso, o Cimi levanta seu enérgico protesto em nome da igreja missionária, e em nome também dos índios makuxi, wapixana e taurepang, aos quais a Funai, exorbitando sua função de tutora, retirou a voz e a vez, condições mínimas para que eles possam, um dia, integrar-se com dignidade à comunhão nacional.

Acreditamos, porém, na força dos fracos, na sabedoria dos incultos, na mecha que ainda está fumegante. Este acontecimento, embora atinja profundamente a estes índios, estimulou os mais lúcidos dentre eles a se apoiarem mutuamente por meio do prosseguimento destes encontros, que constituem a única saída para que eles se tornem sujeitos, autores e destinatários da própria libertação".

Ismarth: reunião foi ilegal

O general Ismarth de Araujo Oliveira afirmou, ontem, em **Brasília**, que partiu da própria Funai a determinação de retirar "sem violência" os índios da assembléia de chefes indígenas de Surumu. "Autorizei o delegado José Carlos Alves a retirar os índios. Os padres, se quisessem, poderiam continuar. Pelas informações que recebi, não houve incidente durante a retirada".

Para o general, a assembléia foi um ato ilegal, uma maneira encontrada pelo Cimi para burlar uma determinação da Funai, já que todos os delegados e chefes de postos têm ordem de proibir a entrada em área indígena de quem não estiver com autorizaç-ao escrita da presidência do órngão.Ismarth lembrou que esses mesmos funcionários têm permissão de impedir que o índio participe de qualquer reunião, seja ela qual for, sem autorização.

"A recíproca foi verdadeira", continuou o general." Se até o momento, o Cimi é proibido de entrar em área indígena, o índio também não pode participar de reunião com o Conselho". O presidente da Funai fez questão de garantir que desconhecia o objetivo da assembléia, uma vez que o Cimi não pediu autorização alguma, acrescentando: "A Funai não é casa da sogra. É um órgão do governo".

Segundo o general, o Cimi não solicitou autorização para realizar o encontro, porque sabia que não a teria e "agiu às escondidas". As informações chegadas ao órgão dizem que o delegado José Carlos Alves dialogou com D. Tomás Balduíno, presidente do Cimi, e com os índios, tendo estes se retirado tranquilamente. Ismarth disse que ainda esta semana receberá um relatório detalhado sobre o que aconteceu em Roraima.

A reunião da semana passada na missão de Surumu foi a primeira em que as tribos discutiram abertamente seus problemas, que têm aumentado nos últimos tempos, diante do avanço das grandes empresas agropecuárias, que não têm respeitado as áreas indígenas não demarcadas.

Antes desse encontro, os índios se reuniam, anualmente, na sede da missão, em encontros de líderes, nos quais era dada maior ênfase à assistência espiritual do grupo atendido pelos missionários de Surumu, que pertencem à ordem italiana Missionários da Consolata. Este ano, o encontro contou com a participação do Cimi, que levou um índio pareci, Daniel Cabixi, de Mato Grosso, o qual falou longamente aos demais sobre os problemas enfrentados pelas tribos do Brasil Central.

Tão logo o policial e o delegado da Funai deixaram Surumu, os índios permaneceram reunidos em pequenos grupos e decidiram, no final da noite, entre outras coisas, realizar uma reunião "por conta própria" na sede da Maloca da Raposa, de um grupo macuxi, onde será nomeado um "tuxaua" chefe. Nesse encontro, os índios deverão discutir com maior profundidade o problema de invasão de suas terras, enviando as suas conclusões ao presidente da Funai.